

# Inacreditáveis desrespeitos

JORGE BOAVENTURA

*Secão Tendências / Debate*

Depois da formidável avalanche de descrédito lançada sobre o que as esquerdas, em seus vários matizes e nuances, costumam designar como "os 20 anos sombrios de terrível ditadura militar", seria logicamente de esperar-se um despenho, pelo menos sofrível, da classe política em geral, integrada, de resto, pitorescamente, por quase todos os que, durante os mesmíssimos 20 anos, haviam servido à "terrível ditadura". O quadro com que nos defrontamos, porém, apresenta-se como amargamente decepcionante. Basta lembrar, além do adesismo indecoroso à nova ordem de coisas a que acabamos de referir-nos, as famosas "emendas populares", praticamente todas, desempenhando o papel que os demagogos haviam concebido para elas, destinadas a um arquivamento que se constitui em flagrante e contundente desrespeito aos seus milhares e milhares de signatários, os quais, de boa fé, imaginavam que, de fato, as suas opiniões eram desejadas pelos nobilíssimos senhores constituintes. Em seguida, um segundo desrespeito, este mais sofisticado, cuja identificação custou um pouco a ser explicada.

Referimo-nos à famosa "Comissão de Sistematização" que as esquerdas, em sua conhecida militância e, do ponto de vista dos seus adeptos, louvável pertinácia, conseguiram dominar, diante dos olhos de uma maioria distraída e abúlica que em pouco se viu por elas flanqueada.

Os leitores que, para nossa honra e nosso estímulo, costumam ler as matérias que temos publicado ao longo do tempo, haverão de lembrar-se de que, sempre, entendemos que a urgência na convocação de uma assembleia constituinte, respondia ao elenco de metas políticas traçadas pelo PCB desde o seu VI

Congresso, e de que sempre dissemos que, com tal convocação, não tentariam os marxistas a instalação, em um só salto, de um regime socialista e totalmente estatizante entre nós. Ao contrário, colocados dentro da perspectiva da visão estratégica de Antonio Gramsci, o mais provável seria a manobra no sentido de fazer aprovar alguns dispositivos, nos domínios econômico, social e jurídico, que se constituíssem em mudanças capazes de tornar irreversível, no futuro de médio prazo, a virada definitiva para o já citado socialismo.

Aparentemente, porém, como em oportunidades históricas anteriores, erraram na dose dos avanços e da desfaçatez dos métodos utilizados para conquistá-los, o que acabou por tornar viável o que, agora, diante da mesma abulia a que foi feita menção anteriormente, vem sendo denominado de "Centrão", designação visivelmente descategorizante, uma vez que se trata, nem mais nem menos do que da maioria da Constituinte.

Denominar, porém, o hoje chamado "Centrão", de "maioria", implica em colocar as esquerdas em seu lugar, o de "minoría" o que, obviamente, não corresponde aos seus interesses. Entretanto, convém sublinhar que, minoría na Constituinte, elas são ainda muito mais acentuadamente minoría no seio da sociedade brasileira, devendo-se a diferença ao esforçado trabalho de seus militantes, e à formidável parcela da mídia que se coloca a seu serviço. E vem, agora, um novo desrespeito e uma nova desfaçatez: o caráter sacrossanto da maioria, até ontem levantado como bandeira de luta, passa a ser, subitamente, algo de somenos importância, superabundando as ameaças de "desmoralização, perante o eleitorado, dos que integram a citada maioria. A alegação para tanto, e lá vem nova

contradição, e mais uma desfaçatez, é a de que eles representam apenas os interesses da ínfima minoría dos privilegiados. Com isto, é claro, o que se está afirmando é que o sistema representativo, ontem elevado às alturas, não passa de uma farsa, não sendo mais do que isto a consulta ao eleitorado, feita por intermédio do sufrágio universal direto não representa senão os interesses de uma ínfima minoría de privilegiados, o que restará, em termos de respeitabilidade política, do sistema representativo, do sufrágio universal e da democracia?

Por outro lado, e já agora, em outro âmbito, multiplicam-se os desrespeitos ao povo. Queremos referir-nos à maciça e custosíssima propaganda, levada a cabo por chefes de Poderes Executivos, nos âmbito estadual e, até, municipal, enchendo páginas inteiras de jornais e tempo imenso e caríssimo de canais de televisão, em clara promoção, em proveito próprio, das suas administrações. Com isso, o dinheiro sofrido do povo passa a, despididamente, financiar as que nem sequer chegam a ser campanhas eleitorais, de vez que, na fase em que estamos, representam meros suportes a simples pretensões a futuras e duvidosas candidaturas. A sensibilidade do povo, porém, tem sido tão maltratada que, aparentemente, se atenuou o bastante para explicar a ausência de protestos contra tão brutais e injustificáveis abusos.

Ora, enquanto isso, já lá vão três anos de Nova República.

Em relação aos 20 da "sombria e terrível ditadura", qualquer coisa como 15%, o que já representa parcela ponderável daquele tempo. Será que a nova ordem já pode apresentar, em termos de realizações concretamente do interesse do povo,

algo como 15% das realizações dos 20 anos anteriores? Ou será que, na verdade, tem se limitado, como toda a gente sente, a produzir, em praticamente todos os setores da vida nacional, o agravamento dos problemas existentes, aos quais muitos outros vieram a acrescentar-se?

Além da realidade objetiva acima mencionada, continua a ser produzido um discurso político desmentido, como vimos antes, pelas contradições despidoras que se apresentam diante dos olhos aturdidos de um povo sofrido e, naqueles termos, ostensivamente desrespeitado.

Não é que estejamos tentando produzir a apologia de uma ordem política anômala e sem perfil discernível, instalada durante 20 anos, a partir de março de 64. O que se está tornando patente, entretanto, é que os "salvadores do povo e da democracia", estão conseguindo demonstrar, com entristecedora clareza, uma inépcia que nos fez um dia, diante de uma pergunta proposta diante de numerosa platéia, sobre como estávamos vendo a "transição", responder que tínhamos que ela se estivesse realizando, de uma desordem crescente, para o caos absoluto. Desprezado o exagero retórico, a realidade é que, até o momento, ele quase que se torna compressível e desculpável.

Por isso mesmo, é que aguardamos, entre perplexos e angustiados, um futuro que, até agora, pela falta de nitidez, a cada dia se configurará mais preocupante e ameaçador.

Que Deus em sua misericórdia, diante da visível falência de nossas supostas elites, venha a apiedar-se da boa e paciente gente brasileira.

JORGE BOAVENTURA, 65, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-chefe da Divisão de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano, no, em Washington (EUA).

## A revolução pelo voto; diretas-já!

MATHEUS SCHANAIDER

Ainda está vivo na memória de todos os brasileiros o brado "diretas-já", que mobilizou a maior parte dos adultos de nosso país em torno de uma causa comum, de um objetivo claro que tinha por motivo: mudanças!

Seguiu-se à frustração da recusa do Congresso Nacional de aprovar a Emenda Dante de Oliveira a aglutinação das lideranças e o povo elegendo pela via indireta, mas com votação esmagadora o presidente da República, o saudoso Tancredo Neves.

Criou-se a Nova República em um misto de esperança e convicção de que o país marchava célere em direção ao seu destino de grandeza.

O falecimento prematuro e inesperado do presidente Tancredo Neves deixou como opção a posse de seu vice eleito, hoje presidente José Sarney. O governo de Tancredo Neves, conforme seus compromissos públicos, seria de quatro anos e teria como meta maior a redemocratização total do país. Seu governo seria um governo de transição, para fazer todas as mudanças necessárias e concretizar a redemocratização, imagem da aspiração maior do povo brasileiro.

A situação econômica do país hoje é, definitivamente e objetivamente, pior do que era há dois anos atrás. A despeito dos avanços políticos, a crise sócio-econômico-política é a maior de que se tem notícias em nossa história, atingindo um ponto de inflexibilidade irreversível nas condições atuais.

A apatia, perplexidade, desesperança e desespero tomaram conta de todos os brasileiros. A Constituinte, como instrumento político de viabilização de redemocratização e concretização das mudanças e de progressos sociais, encontra dificuldades, na sua própria formação e nos próprios constituintes, em viabilizar os objetivos que lhe foram confiados.

O governo Sarney, em meio a suas hesitações e dificuldades quase insuperáveis, transformou-se em um governo de saltos e sobressaltos. É difícil hoje, no país, encontrar cidadãos adultos, conscientes e patriotas com confiança neste governo. A economia está se deteriorando de forma tão acelerada, que a hiperinflação já não é mais uma perspectiva e está se tornando uma realidade.

A discussão se o governo Sarney deve durar quatro ou cinco anos perdeu completamente o sentido diante do quadro sócio-político-econômico. A realização de eleições para presidente, em 1988, em conjunto com as eleições para prefeito e vereador, torna-se, portanto, um imperativo que dificilmente poderá ser contestado por quem tem como interesse o bem maior do Brasil. É verdade que alguns demagogos pregam esta tese como solução para todos os males com a finalidade de atender suas conveniências pessoais, o que não invalida nem prejudica a tese.

As alegações de que as eleições seriam caras são imprecisas, uma vez que já se estará fazendo eleições para prefeito e vereador — e isto abrange todo o país e a democracia sempre teve um preço a pagar.

A desculpa de que o Exército interviria se um determinado candidato ganhasse é no mínimo descabido, antidemocrática, casuística e absurda, se pode ganhar agora, poderá ganhar mais tarde também e, sendo a redemocratização do país o objetivo maior da Nova República, esta desculpa esfarrapada choca contra este objetivo maior.

Alegar que é preciso salvar o povo da Presidência de quem pode ser maioria é aplicar o princípio paternalista de que as "elites" devem decidir pelo povo, o que tantos males já causou ao Brasil. O povo deve decidir e o que decidir deve ser acatado.

Outra desculpa corrente é de que o presidente precisaria de mais um ano para terminar a obra que iniciou. E, se houver coerência na posição do presidente Sarney, ele não poderia ter começado agora uma obra que durasse além de quatro anos porque o compromisso da Aliança Democrática, hoje desfeita, foi a duração de quatro anos de mandato para o primeiro presidente da Nova República. Além do mais, todo bom governo inicia obras de longo prazo, que beneficiam a infra-estrutura do país e que independem dos governos, embora seja desejo de todos inaugurar as suas obras. Sempre haverá em um bom governo obras que continuarão com os governos subsequentes e que serão inauguradas em outras épocas.

Não vemos qualquer razão ou motivo que possa ser alegado, hoje em dia, contra as eleições diretas logo após o término da nova Constituição, a não ser interesses políticos casuísticos do tipo da modificação das bancadas municipais ou de prefeituras, por influência da eleição presidencial; ou interesses pessoais de candidatos a deputados e senadores que gostariam de ver suas candidaturas acopladas a um candidato forte à Presidência da República, para lhes garantir os mandatos; ou seja, o casuismo e não patriotismo prevalecendo no critério de muitos parlamentares. Esperamos que não sejam a maioria.

Os partidos, fragmentados, estão temerosos de perder forças, e a maioria na Constituinte — constituída pelos dois partidos da ex-Aliança Democrática — tem também receio de seu enfraquecimento ou mesmo esfacelamento, o que, de qualquer forma, já está ocorrendo no Congresso.

Sempre que há o enfraquecimento dos partidos e o Executivo ou o Legislativo atuam para alterar os

destinos do país e não consultam os seus interesses, a sociedade civil deve retornar ao seu papel ativo na política. Assim foi durante o período de execução.

É hora das entidades de classe, empresariais e comunitárias, e tantas outras, retomarem seus espaços de liderança e, se necessário, voltarem às ruas para exigir do Congresso que se faça eleições para presidente da República, porque acima de tudo isto atende aos interesses do país.

A nossa confiança na Constituinte deve continuar, apesar e a despeito de tudo! A Constituição deve ser moderna e progressista, mas, independente do regime presidencialista ou parlamentarista, as eleições diretas para presidente da República criarão novas esperanças, expectativas de melhoria e darão legitimidade de poder ao novo governo para tomar as medidas concretas e dolorosas, mas necessárias para corrigir os rumos do país.

O surgimento de uma liderança forte poderá aglutinar forças públicas para, através de um pacto social amplo, reestruturar a nossa sociedade e a nossa economia, criando condições de estabilidade, progresso e desenvolvimento para o povo brasileiro.

A participação democrática da sociedade é o melhor caminho para a busca de soluções para os muitos e difíceis problemas brasileiros.

A nação brasileira exige eleições diretas para presidente da República logo após a Constituinte. O mais breve possível. Sem desculpas. Sem proteções. O povo saberá escolher o melhor programa.

MATHEUS SCHANAIDER, 49, pós-graduado em Engenharia Industrial pelo Instituto Tecnológico de Israel (Technion), é engenheiro mecânico e econômico e presidente do Clube de Engenharia (RJ); foi secretário de Planejamento do Rio de Janeiro (governo Chagas Freitas) e vice-presidente executivo do Banco do Estado do Rio de Janeiro.